

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Conceito Brasileiro

Class.: 271

Data: 02.10.84

Pg.: \_\_\_\_\_

### 1468 Defender Juruna

Conforme se diz, o candidato Paulo Maluf não faz trato pessoalmente. Manda emissário. Na época — ainda no ano passado — o cacique Juruna fora procurado, ao que teria respondido, com aquelas peculiaridades:

— Juruna é deputado. Maluf é deputado. Tudo igual. Maluf quer falar com Juruna. Maluf procura Juruna. Juruna não procura Maluf.

Empresário bem-sucedido, e que sabe esperar na volta, ao ouvir a decisão do cacique, Maluf mandara um segundo recado:

— Diga ao Juruna que se eu for presidente criarei um Ministério dos Índios, para ele ser o ministro.

Agora já vemos o discutido candidato do PDS sendo visitado por Juruna. Vemos Juruna reunindo caciques de outras nações para ouvirem o delegado Marabuto feito presidente da Funai, aquele mesmo que prendera um Prêmio Nobel da Paz pela primeira vez na História do Mundo e que se propõe assinar a portaria recusada pelo antecedente no cargo: a que trata da exploração de minérios em terras indígenas.

Ora, é preciso salvar o nosso Juruna. Pela primeira vez, no mundo, um índio foi eleito deputado federal, honra mais para o Brasil do que para o próprio eleito, que também é uma grande personalidade. É muito cruel pessoas que só falam em *royalties*, em depósitos em dólares, em Instrução 796 do Banco Central, em taxas de juros favorecidos, estarem a envolver o nosso xavante — força telúrica, pura, honrada —, neste cipoal de maldades.

Não é desonra o índio-deputado expor, por exemplo, a cada um dos candidatos à Presidência da República os problemas de seu povo. É até um dever. A defesa de

nosso índio é dever de todos. Desonra é querer envolvê-lo num encadeamento que a Nação repele.

Há muita gente que não tem mais aspiração política mas deseja resolver periclitantes empreendimentos para os quais existe a Instrução 796. Tudo bem. Porém poluir o nosso índio será um procedimento que a população jamais esquecerá.

Não foi essa gente de taxas de juros favorecidos que deu espetacular votação, no Rio de Janeiro, a Mário Juruna. Pelo contrário, por ter usado aquela franqueza, na qualificação de certas autoridades, foi que ele veio a ser processado por ministros que apóiam o referido Sr. Paulo Maluf, com os moradores da Península dos Ministros de um lado, e do outro a Nação a solidarizar-se com o xavante.

Essa de "um ministério" é um engodo a mais, dos muitos que aconteceram, nos "tratados de paz", desde que os europeus chegaram às Américas. O próprio cinema nos tem mostrado: após o fumar da paz, os índios serem destracados e empurrados para terras inóspitas.

No Brasil é a mesma coisa. Nunca foi aberto um inquérito, para um esclarecimento à Humanidade, sobre o bombardeio aéreo, com o uso de bactericidas, ao tempo do Governo Médici, de aldeias indígenas em Rondônia, por grupos econômicos interessados nos minérios, em criar boi ou em plantar café.

Agora mesmo poderosos fazendeiros do sul da Bahia pretenderam — pretenderam só — envolver Juruna na reserva de Pau-Brasil, de 40 mil hectares, e onde os índios estão confinados numa área de 1.200 hectares. Enquanto a Justiça não decide, pode acontecer ali uma chacina de grandes proporções.

CLOVIS SENA